



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682208 - SP (2021/0231523-7)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ARTUR REGA LAUANDOS - SP258431
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RAMON GALDINO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RAMON GADINO DA SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2142603-33.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante delito no dia 22 de março de 2021, acusado da suposta prática do crime previsto no artigo 157, caput, do Código Penal.

A defesa sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que o paciente ainda se encontra preso e com audiência de continuação designada somente para o dia 03 de novembro de 2021, ou seja, o paciente ficará preso por cerca de 08 meses até a realização da audiência em continuação.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja relaxada a prisão pelo excesso de prazo na formação da culpa e andamento do processo.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado, observa-se que foram declinados os fundamentos para justificar a manutenção da custódia cautelar do paciente (e-STJ fls. 12/13):

O paciente foi citado e apresentou resposta à acusação em 28 de abril de 2021, e no dia 07 de maio de 2021 a MMª Juíza designou audiência de instrução e julgamento para o dia 17 de junho de 2021, de forma virtual, mas em razão da ausência da vítima nesta data, o representante do Ministério Público insistiu na sua oitiva, de sorte que a audiência de instrução e julgamento foi redesignada para o dia 03 de novembro de 2021.

Aos 21 de junho de 2021 a MMª Juíza reanalisou a pertinência do cárcere, nos termos do artigo 316 do Código de Processo Penal, e entendeu pela necessidade da manutenção da prisão preventiva do paciente, a teor do artigo 312 do mesmo diploma legal.

Por fim, conforme consta dos autos de origem, a MMª Juíza informou que a restrição sanitária atual asseverou a pauta das salas de tele audiência das unidades prisionais, que são utilizadas por todas as comarcas do Estado, restringindo a pauta do Juízo e impossibilitando a

antecipação da data.

Portanto, a meu ver, inexiste constrangimento ilegal.

Considerando, ainda, que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência